



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO AMAZONAS**



Colégio  
M0001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Outubro/2023

**v Concurso Público para Provimento de Cargos  
Analista Jurídico de Defensoria  
Especialidade: Ciências Jurídicas**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso**

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Montesquieu foi escritor e filósofo francês e um dos principais Iluministas.

- Verifique se este caderno:

- corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) (B) (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

**[Rubem Braga, cronista maior]**

*Desde que surgiu para a literatura na década de 30, Rubem Braga nos encanta com suas histórias. Ao longo dos anos, em meio às atribuições do dia a dia, o leitor brasileiro se habituou a esperar, em certos jornais e revistas, os dois dedos de prosa com que o "velho Braga" o prendia inapelavelmente. O assunto podia ser escasso ou faltar, mas o encantamento se fazia assim mesmo. De repente, naquela linguagem volátil, o leitor se encontrava terra a terra com a poesia do cotidiano.*

*Sem dúvida, tratava-se de um cronista, de um narrador e comentarista dos fatos corriqueiros de todo dia, mas algo ali transfigurava a crônica, dando-lhe uma consistência literária que ela jamais tivera. Era um escritor diferente, pois havia escolhido um espaço diverso de criação: o espaço dominado pela informação jornalística. E, novo paradoxo, parecia discrepar naquele meio moderno da informação, como se o que trazia para expressar fosse inteiramente incompatível com o jornal.*

*É que aquele cronista trazia algo escasso nos tempos atuais: a sua própria experiência. Uma experiência particular, densa e complexa, inusitada para o tempo e o lugar, mas capaz de se transmitir a muitos que nela se reconheciam, permeáveis ao que havia ali de comum e solidário. Uma experiência que se transmitia por histórias, pela arte do narrador, que parecia vir de outros tempos e retomar o fio da tradição oral, tão importante no Brasil.*

*Desde o princípio, deve ter sido difícil definir com precisão o que eram aquelas crônicas. Pareciam esconder muita complexidade sob a capa límpida da naturalidade. Disfarçavam a arte da escrita numa prosa divagadora de quem conversa sem rumo certo, distraído com o balanço da rede, passando o tempo, como que para se livrar do ócio ou do tédio. E, no entanto, era uma prosa cheia de achados de linguagem, um vocabulário escolhido a dedo para o lugar certo. Eram frases em geral curtas, com preferência pelas orações coordenadas, sem temer, porém curvas e enlaços dos períodos mais longos e complicados. Uma sintaxe, enfim, leve e flexível, próxima da linguagem coloquial.*

*Num mundo como o nosso, já bastante automatizado, onde tudo pode virar mercadoria e em si nada valer, o velho Braga, em meio às coisas mais efêmeras, não apenas nos dá a impressão súbita do momento fugitivo de uma alta beleza presente no cotidiano, mas também a dignidade e a poesia do perecível, quando tocada por um dedo humano.*

(Adaptado de: ARRIGUCCI JR., Davi. "Braga de novo por aqui". In: BRAGA, Rubem. **Os melhores contos**. São Paulo: Global, 1977)

1. O fato de Rubem Braga trazer para suas crônicas suas próprias experiências cotidianas
  - (A) mostra que ele as revestia de uma linguagem literária altamente elaborada, poupando assim seu leitor dos vestígios indesejáveis de uma linguagem comum.
  - (B) particulariza um modo profissional de escrever, que está em explorar o interesse jornalístico de fatos que mesmo a boa imprensa por vezes não investiga.
  - (C) comprova a tese de que apenas os escritores que vivem situações excepcionais não encontram dificuldade em ganhar a admiração de seus leitores.
  - (D) é relevante sobretudo porque ele sabe como narrá-las, de modo a fazer com que o leitor possa compartilhar algo da beleza que se oculta no dia a dia.
  - (E) acaba por convencer o leitor que a nossa imaginação é tão poderosa que podemos ter a sensação de que um caso banal e desprezível pode ser também curioso.
2. Analisando-se a estruturação do texto em seus cinco parágrafos, observa-se que o
  - (A) quarto demonstra que a força da linguagem de Rubem Braga está no modo singularmente solto e natural com que ele domina e coordena suas frases.
  - (B) quinto faz concluir que nem sempre um bom cronista sabe despertar o interesse de seu leitor para o cotidiano automatizado em que vivemos todos.
  - (C) primeiro situa os antecedentes históricos do gênero a que se dedicou Rubem Braga, destacando a importância da tradição a que se prende esse escritor.
  - (D) segundo acentua a compreensão do cronista em entender o meio de comunicação de que se ocupa, adequando-se às características do melhor estilo jornalístico.
  - (E) terceiro dá conta das fontes que fornecem assunto ao grande cronista, apoiando-se ele nos relatos épicos da literatura clássica, cujo estilo absorve.



3. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) A tradição dos relatos orais, na qual o velho Braga não desconhecia, representava-se em suas crônicas.
  - (B) O processo de coordenação a que o cronista recorria costumeiramente era uma das marcas de seu estilo.
  - (C) As crônicas de Rubem Braga, das quais todos esperavam com ansiedade, eram simples e densas.
  - (D) A impressão por cuja somos tomados, quando lemos o velho Braga, é a de que se trata de um mágico.
  - (E) A experiência pessoal não costuma ser uma fonte onde os escritores costumam se valer o tempo todo.
4. Está correta a transposição de um segmento do texto para a voz passiva em:
- (A) *capaz de se transmitir a muitos que nela se reconheciam* – capaz de ser transmitida aos que a reconheciam.
  - (B) *algo ali transfigurava a crônica* = a crônica transfigurava-se por algo que havia ali.
  - (C) *Rubem Braga nos encanta com suas histórias* = Encantamo-nos com as histórias de Rubem Braga.
  - (D) *se habituou a esperar os dois dedos de prosa* = era habitual a espera por dois dedos de prosa.
  - (E) *aquele cronista trazia algo escasso nos tempos atuais* = os tempos atuais traziam algo escasso ao cronista.
5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *numa prosa divagadora de quem conversa sem rumo certo* (4<sup>o</sup> parágrafo) = numa fala prosaica e titubeante de quem se afastou de sua rota.
  - (B) *momento fugitivo de uma alta beleza presente no cotidiano* (5<sup>o</sup> parágrafo) = presença fugaz de uma beleza avessa à experiência do dia a dia.
  - (C) *os dois dedos de prosa com que o "velho Braga" o prendia inapelavelmente* (1<sup>o</sup> parágrafo) = o instante de conversa com que o "velho Braga" o atraía de modo irrecorrível.
  - (D) *parecia discrepar naquele meio moderno de informação* (2<sup>o</sup> parágrafo) = era pouco representativo da modernidade informatizada.
  - (E) *permeáveis ao que havia ali de comum e solidário* (3<sup>o</sup> parágrafo) = adstritos ao que ali se mantivesse banal e complacente.
6. O texto acusa, repetidamente, algo de **paradoxal** que está nas crônicas de Rubem Braga: elas
- (A) ocupam um espaço jornalístico para que as notícias mais importantes do dia se traduzam numa linguagem de valor indiscutivelmente literário.
  - (B) convencem o leitor de que a pobreza de seu cotidiano pode transfigurar-se em riqueza, caso ele venha a dominar os meios expressivos de sua língua.
  - (C) se valem de uma linguagem artística extremamente elaborada, embora o cronista não despreze as narrativas simplórias que fazem parte da nossa tradição.
  - (D) se apoiam numa prosa aparentemente solta e descompromissada, enquanto absorvem o leitor nas experiências de alta densidade que sabem comunicar.
  - (E) alcançam um estilo de ilusória naturalidade, por meio das falas populares que sabem absorver e imitar para poder melhor seduzir seus leitores.
7. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Às histórias que fazem parte da nossa tradição oral, tão importante em nosso país, não se atribuem o valor que se lhes deveriam reconhecer.
  - (B) A automatização de todos os elementos que constituem as experiências modernas constituem um desafio para aqueles a quem cabem contestá-las.
  - (C) Preservam-se nas histórias de Rubem Braga o encantamento das coisas complexas que surgem com misteriosa simplicidade.
  - (D) Entre os efeitos dessas crônicas inesquecíveis estariam, sem sombra de dúvida, a sedução de suas frases poéticas e bem coordenadas.
  - (E) A certeza de que essas crônicas aparentemente simples são de fato bastante densas pode comprovar-se quando se analisa qualquer uma delas.



Atenção: Para responder às questões de números 8 a 14, baseie-se no texto abaixo.

### Relógios

O dramaturgo Nelson Rodrigues – criatura de temperamento trágico e célebre autor de frases antológicas – terá dito um dia, talvez paternalmente: “Jovens, envelheçam!”. Eis aqui um pedido desnecessário: a velhice virá, de qualquer modo, para quem conseguir envelhecer. Por outro lado, a juventude nunca se perde de todo: aposenta-se, fica guardadinha na vocação nostálgica do corpo e ainda ajudará, ao fim de tudo, a compor os traços da boa melancolia, das lembranças que os seres crepusculares ainda consigam tonificar dentro de si.

Não fossem os variados impulsos do tempo, com o que iríamos nos distraindo? Todos passamos por várias idades, por vários tipos de relógio. Há os que adiantam as coisas, há os que as atrasam. E há os que param inteiramente fora de hora. Sem falar nos relógios exibidos que se acham especialmente importantes e insistem em cantar a cada quarto de hora.

“Jovens, envelheçam!” – eis a provocação desmedida que partiu de um senhor já vivido e definitivamente cético. As paixões juvenis têm pressa, meu caro Nelson Rodrigues, e exigem providências imediatas. Ninguém segura as ondas de um mar revolto.

E se fôssemos falar do tempo da infância, quando nossa imaginação está no grau natural de nossas primeiras reflexões interrogativas? Eis aí um relógio que fica fazendo tique-taque, sem querer parar, em algum canto de alguma casa perdida...

Numa cena da minha mais antiga memória de menino, eu estava sentado na sarjeta, depois de uma chuva grossa, em frente de casa, com os pés na água da enxurrada que sequestrava meus olhos fixos, fazendo-me esquecer de mim mesmo e da necessidade de voltar a algum lugar, enquanto olhava infinitamente para os rebrilhos daquele riachinho escorregando rua abaixo. Creio que foi esta a primeira vez que entrei num tempo especial, um tempo esvaziado de tempo. Uma espécie de relógio sem ponteiros. Muito tempo depois, acabei envelhecendo, sim, seu Nelson Rodrigues.

(MEDEIROS, Alcindo Fortunato. **Casos de almanaque**, a editar)

8. As criaturas que chegam à velhice terão recolhido de suas várias idades a
- (A) constatação de que traços marcantes de um período podem ter repercussão em outro.
  - (B) convicção de que apenas na infância conseguimos avaliar a importância do tempo que corre.
  - (C) certeza de que as épocas da vida são estanques, impermeáveis umas às experiências das outras.
  - (D) sensação de que o envelhecimento marcha inevitavelmente para o ceticismo melancólico.
  - (E) percepção de que acúmulo de experiências redundará em maior lucidez e sabedoria.
9. O sentido de uma passagem do texto está traduzido em outras palavras, de modo correto e coerente, em:
- (A) *quando nossa imaginação está no grau natural de nossas primeiras reflexões* (4<sup>o</sup> parágrafo) = assim que nosso imaginário se gradua tendo em vista nossos primitivos pensamentos.
  - (B) *com os pés na água da enxurrada que sequestrava meus olhos fixos* (5<sup>o</sup> parágrafo) = emersos meus pés na correnteza da valeta que corrompia a fixidez do meu olhar.
  - (C) *criatura de temperamento trágico e célebre autor de frases antológicas* (1<sup>o</sup> parágrafo) = pessoa de envolvimento dramático, de cujas frases se tornou notável.
  - (D) *lembranças que os seres crepusculares ainda consigam tonificar dentro de si* (1<sup>o</sup> parágrafo) = cenas do crepúsculo que as pessoas precisam de mais energia em si mesmas.
  - (E) *provocação desmedida que partiu de um senhor já vivido e definitivamente cético* (3<sup>o</sup> parágrafo) = desafio abusivo da parte de um homem experiente que descre de tudo.
10. Considera-se no texto que há *variados impulsos do tempo*. Tal consideração vem objetivamente confirmada nesta passagem:
- (A) *numa cena da minha mais antiga memória de menino* (5<sup>o</sup> parágrafo)
  - (B) *com os pés na água da enxurrada que sequestrava meus olhos fixos* (5<sup>o</sup> parágrafo)
  - (C) *a velhice virá de qualquer modo, para quem conseguir envelhecer* (1<sup>o</sup> parágrafo)
  - (D) *Há os que adiantam as coisas, há os que as atrasam* (2<sup>o</sup> parágrafo)
  - (E) *eis a provocação desmedida que partiu de um senhor já vivido* (3<sup>o</sup> parágrafo)



11. I. São variados os nossos relógios ao longo da vida.  
II. O sentido único de todos é a passagem inapelável do tempo.

As afirmações acima encontram-se integradas de modo coeso e coerente neste período único:

- (A) Ainda que ao longo da vida variem os nossos relógios, a inapelável passagem do tempo é seu sentido único.  
(B) Desde que seja inapelável o único tempo que passa, são os nossos relógios que variam ao longo da vida.  
(C) Não obstante o sentido dos mesmos seja a passagem do tempo, ao longo da vida variam os nossos relógios.  
(D) Variam nossos relógios ao longo da vida, sendo pois inapelável que a passagem do tempo faça seu sentido.  
(E) O único e inapelável sentido do tempo é passar nos nossos relógios, aonde se dá a variação da vida.
12. Os tempos e modos das formas verbais encontram-se adequadamente articulados na frase:
- (A) Se na infância o tempo surgisse em toda a sua gravidade, que memórias poéticas nos assaltarão?  
(B) Coubesse a cada um escolher um relógio seu para revisitar, imagine-se quantas hesitações haverá.  
(C) Nelson Rodrigues teria dito aos jovens que o ouvissem para que envelheçam e amadurecessem logo.  
(D) Caso os jovens viessem a envelhecer logo, a nostalgia da mocidade só fará crescer ao fim da vida.  
(E) Fosse possível acelerar o envelhecimento, quantos jovens a esse processo haveriam de recorrer?
13. São muitos os relógios que comandam nossa vida; não há como destituir esses relógios do poder de decisão que advém desses relógios, nem podemos ignorar o arbítrio desses relógios no instante em que decidem fazer soar nossa última hora.
- Para evitar as viciosas repetições do período acima, impõe-se substituir os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) deles destituir – advém deles – ignorar-lhes seu arbítrio  
(B) destituir-lhes – advém-lhes – ignorar-lhes o arbítrio  
(C) destitui-los – deles advém – ignorar seu arbítrio  
(D) os destituir – lhes advém – ignorá-los o arbítrio  
(E) lhes destituir – os advém – lhes ignorar o arbítrio
14. A pontuação está inteiramente adequada na frase:
- (A) É curioso, que se considere a velhice, como uma espécie de aposentadoria, com lugar ativo para o passado.  
(B) Dos relógios que já conheci, o da minha adolescência, com seu ritmo tão confuso, não me deixou saudades.  
(C) É na infância, que se concentram aquelas memórias mais insistentes, que parecem congeladas no tempo.  
(D) Ao pedir que os jovens, envelheçam, Nelson Rodrigues não demonstra fé no destino, que lhes caberá viver.  
(E) As várias idades que atravessamos, em ritmos tão diferentes têm, cada uma delas, suas marcas de fogo.

#### Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

15. Com base no disposto na Lei nº 4.077/2014, o servidor concursado da Defensoria Pública do Estado do Amazonas fica sujeito à estágio probatório de **I** meses, onde serão observados, dentre outros, os itens de **II**.
- Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I** e **II**:
- (A) trinta e seis – responsabilidade e idoneidade moral  
(B) vinte e quatro – produtividade e disciplina  
(C) trinta e seis – celeridade e capacidade de interação  
(D) trinta e seis – pontualidade e responsividade  
(E) vinte e quatro – pontualidade e eficiência



16. É de competência da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública dos Estados, segundo a Lei Complementar federal nº 80/1994,
- (A) propor a instauração de processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública do Estado e seus servidores.
  - (B) editar as normas que regulamentam o processo de eleição para a escolha do Defensor Público-Geral e Conselheiros do Conselho Superior.
  - (C) aprovar o plano de atuação da Defensoria Pública do Estado.
  - (D) propor aos órgãos de Administração Superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados.
  - (E) decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública.
- 
17. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, consideradas as Emendas Constitucionais posteriores à promulgação de seu texto original, a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa para proposta orçamentária das Defensorias Públicas dos Estados foram
- (A) estendidas à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal somente com a inclusão provocada em 2014, por emenda constitucional.
  - (B) estendidas à Defensoria Pública do Distrito Federal em 2013 e à Defensoria Pública da União em 2014, por emendas constitucionais.
  - (C) estendidas à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal somente com a inclusão provocada em 2013, por emenda constitucional.
  - (D) reconhecidas, ao mesmo tempo, à Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.
  - (E) reconhecidas, ao mesmo tempo, à Defensoria Pública da União e, somente posteriormente, à Defensoria Pública do Distrito Federal.
- 
18. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) dispõe que o sucessor ou herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos
- (A) à obrigação de reparar o dano no valor do limite da herança, desde que tenham herdado valores após a alteração legal promovida pela Lei nº 14.230/2021.
  - (B) apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
  - (C) ao pagamento de indenização, desde que, em ação autônoma, restar comprovado seu enriquecimento ilícito.
  - (D) à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio, bem como devolver os lucros posteriores gerados pelo ato ímprobo.
  - (E) à obrigação de reparar o dano no valor do limite da herança, desde que tenham herdado valores antes da alteração legal promovida pela Lei nº 14.230/2021.
- 
19. Os Núcleos da Defensoria do Estado, segundo disposição da Lei Complementar federal nº 80/1994, são considerados
- (A) defensorias de atuação coletiva.
  - (B) defensorias de análise de políticas públicas.
  - (C) órgãos de coordenação e análise.
  - (D) órgãos de execução.
  - (E) órgãos de atuação.
- 
20. A Constituição do Estado do Amazonas prevê como garantia do Defensor Público, de forma expressa,
- (A) o uso de insígnia institucional.
  - (B) o uso de veste talar.
  - (C) a estabilidade.
  - (D) a indisponibilidade.
  - (E) o prazo em dobro.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita a partir de
- (A) 4 anos de idade.
  - (B) 7 anos de idade.
  - (C) 6 anos de idade.
  - (D) 3 anos de idade.
  - (E) 5 anos de idade.
- 
22. Segundo previsão expressa na Constituição Federal de 1988, a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, sendo que
- (A) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes consiste também em entidade familiar.
  - (B) o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial ou de fato por mais de um ano.
  - (C) os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem com participação e apoio da mulher.
  - (D) o casamento pode ser civil ou religioso, sendo gratuita a celebração para aqueles que comprovarem insuficiência de recurso.
  - (E) é reconhecida a união estável entre homens e mulheres, independentemente de se tratar de relação homoafetiva ou heteroafetiva.
- 
23. Acerca da função social da propriedade, trata-se de direito
- (A) decorrente dos tratados internacionais em que o Brasil é parte, mas não expressamente previsto na Constituição Federal de 1988.
  - (B) previsto expressamente no capítulo sobre meio ambiente, no título sobre a ordem social da Constituição Federal de 1988.
  - (C) social expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, no mesmo capítulo do direito à moradia e à cidade sustentável.
  - (D) e dever individual e coletivo expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, no mesmo capítulo do direito à propriedade.
  - (E) decorrente do regime e dos princípios adotados pela Constituição Federal de 1988, mas não expressamente previsto nela.
- 
24. A Constituição Federal de 1988 estabelece expressamente que a cláusula pétreia impede deliberação acerca de proposta de emenda tendente a abolir
- (A) a independência do Ministério Público.
  - (B) a autonomia da Defensoria Pública.
  - (C) a forma republicana de governo.
  - (D) o sistema presidencialista de governo.
  - (E) a forma federativa de Estado.
- 
25. A garantia de independência do Poder Legislativo envolve que seus membros
- (A) devem testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
  - (B) podem ter a imunidade suspensa durante intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa.
  - (C) gozam de inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
  - (D) são submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça desde a expedição do diploma.
  - (E) podem ser presos em flagrante de qualquer crime, exceto aqueles equiparados a hediondos.

**Direito Administrativo**

26. A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, como órgão do Governo do Estado do Amazonas, é explicada pelo fenômeno da
- (A) concentração.
  - (B) desconcentração.
  - (C) centralização.
  - (D) hierarquização.
  - (E) descentralização.



- 
27. O poder da Administração de aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais é
- (A) de polícia.
  - (B) vinculado.
  - (C) disciplinar.
  - (D) hierárquico.
  - (E) punitivo.
- 
28. Determinado servidor de autarquia, durante o horário de expediente, conduzindo veículo oficial, colidiu com carro particular. O servidor público estava em serviço e autorizado a conduzir o carro oficial da autarquia. Nesse caso, a responsabilidade civil do Estado é
- (A) subjetiva, pois a autarquia é pessoa jurídica integrante da Administração indireta.
  - (B) objetiva, assim como é objetiva a responsabilidade civil do servidor público, que responde solidariamente com o Estado.
  - (C) objetiva, mediante comprovação de culpa ou dolo do servidor público.
  - (D) subjetiva, mediante comprovação de culpa ou dolo do servidor público.
  - (E) objetiva, independentemente da comprovação de culpa ou dolo do servidor público.
- 
29. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a licitação realizada na vigência desta lei é dispensável no caso de contratação de
- (A) instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional.
  - (B) de instituição com fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.
  - (C) restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, independentemente se tais atividades são compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
  - (D) serviço de publicidade e divulgação.
  - (E) profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- 
30. O fechamento de uma rua para a realização de evento privado deve ser instrumentalizado por meio de
- (A) cessão temporária de uso de bem público.
  - (B) licitação na modalidade convite de bem público.
  - (C) permissão de uso de bem público.
  - (D) autorização de uso de bem público.
  - (E) concessão de uso de bem público.
- 

**Direito Civil**

31. Segundo o Código Civil, o silêncio intencional de uma das partes, a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado, constitui
- (A) estado de perigo.
  - (B) lesão jurídica.
  - (C) omissão dolosa.
  - (D) erro substancial.
  - (E) coação resistível.
- 
32. Quando cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração do tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada, constitui o regime de
- (A) direito real de uso.
  - (B) multipropriedade.
  - (C) direito de tapagem.
  - (D) condomínio edilício.
  - (E) direito de laje.
-



33. O reconhecimento da paternidade e maternidade socioafetiva pode ser
- (A) adotado em casos de perda do poder familiar por entrega voluntária, desde que os genitores socioafetivos constem no cadastro de adoção.
  - (B) configurado quando se tratar de adoção unilateral, preenchidos os requisitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
  - (C) realizado por meio de testamento conjuntivo, desde que haja prévia concordância do membro do Ministério Público.
  - (D) reconhecido em ação judicial de adoção com destituição do poder familiar perante o juízo de registro público.
  - (E) realizado de forma administrativa perante o oficial de registro civil, sem exclusão dos dados de genitores biológicos.
- 
34. O Código Civil estabelece que são absolutamente incapazes os
- (A) excepcionais sem desenvolvimento mental completo.
  - (B) pródigos e os viciados em tóxico.
  - (C) que, por enfermidade ou deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
  - (D) menores de 16 anos.
  - (E) que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- 
35. Acerca do pacto antenupcial,
- (A) pode ser firmado após a celebração do casamento, com finalidade de alteração do regime de bens, desde que por meio de escritura pública.
  - (B) é eficaz quando realizado por menor, independentemente da aprovação de seu representante legal, desde que lhe siga o casamento.
  - (C) veda-se a disposição livre de bens imóveis particulares, quando adotar o regime de participação final nos aquestos.
  - (D) pode ser estabelecido por meio de opção a termo registrada no processo de habilitação em relação a qualquer dos regimes regulados pela legislação civil.
  - (E) deve ser realizado por escritura pública quando se adotar regime de bens entre os cônjuges diverso do regime estabelecido legalmente.

#### Direito Processual Civil

36. Em caso de admissão de questão de repercussão geral em sede de recurso extraordinário, tendo sido este, porém, interposto intempestivamente, podem o recorrido e o terceiro interessado requerer a exclusão da decisão de sobrestamento dos feitos e a inadmissão do recurso interposto. Se indeferido, por expressa disposição legal,
- (A) caberá mandado de segurança.
  - (B) haverá reapreciação do indeferimento pelo Colegiado.
  - (C) caberá agravo interno.
  - (D) caberá agravo regimental.
  - (E) não caberá qualquer recurso.
- 
37. As ações possessórias
- (A) admitem intervenção incidental de ente público, mesmo em caso de ação entre particulares.
  - (B) de força velha não admitem concessão de tutela de evidência, por expressa disposição legal.
  - (C) de força velha não admitem concessão de tutela de urgência, por expressa disposição legal.
  - (D) terão como competência o foro da situação da coisa litigiosa, se versarem sobre móvel ou imóvel.
  - (E) de força nova seguirão por rito comum, qualquer que seja o bem objeto da discordância.
- 
38. A intervenção de terceiros, conforme a inserção do terceiro na relação processual existente, classifica-se em:
- (A) Chamamento ao processo e provocada.
  - (B) Oposição e voluntária.
  - (C) Voluntária ou provocada.
  - (D) Chamamento ao processo e assistência.
  - (E) Assistência e denunciação da lide.



39. Segundo o Código de Processo Civil, a prova técnica simplificada
- (A) relaciona-se a não complexidade em sua elaboração, sendo menos dispendiosa.
  - (B) pode substituir a prova pericial, quando a controvérsia for de menor complexidade.
  - (C) não é admitida no nosso ordenamento jurídico desde a reforma do CPC em 2016.
  - (D) foi alçada à espécie de prova pericial, classificando-se dentre as de menor complexidade.
  - (E) não permite o formato de inquirição do especialista, apresentando formato documental.

40. Como matéria de defesa, a usucapião pode ser alegada
- (A) gerando tão somente efeito indenizatório.
  - (B) não somente em ação reivindicatória.
  - (C) apenas se relativa à disputa de imóvel rural.
  - (D) somente em ação reivindicatória.
  - (E) somente em ação demarcatória.

**Direito Penal**

41. A lei penal posterior
- (A) retroagirá em qualquer hipótese.
  - (B) não retroagirá, salvo a pedido da vítima.
  - (C) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
  - (D) não retroagirá, salvo para prejudicar o réu.
  - (E) não retroagirá em nenhuma hipótese.
42. A anistia, a graça e o indulto são causas
- (A) excludentes da ilicitude.
  - (B) excludentes da culpabilidade.
  - (C) suspensivas da prescrição.
  - (D) interruptivas da prescrição.
  - (E) extintivas da punibilidade.
43. A intervenção estatal consistente na repressão penal apenas se justifica se houver lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado, de acordo com o princípio da
- (A) insignificância.
  - (B) humanidade.
  - (C) legalidade.
  - (D) ofensividade.
  - (E) adequação social.
44. O uso moderado dos meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio ou de terceira pessoa, configura
- (A) estado de necessidade.
  - (B) legítima defesa.
  - (C) coação irresistível.
  - (D) exercício regular de direito.
  - (E) estrito cumprimento do dever legal.
45. A conduta do agente prevista e punida pela lei penal que tem como causa a imprudência, negligência ou imperícia configura o crime
- (A) culposo.
  - (B) doloso.
  - (C) preterdoloso.
  - (D) comissivo por omissão.
  - (E) omissivo.

**Direito Processual Penal**

46. O *habeas corpus* poderá ser impetrado
- (A) por qualquer pessoa, desde que exclusivamente em seu favor.
  - (B) por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem.
  - (C) pelo próprio paciente ou por procurador legalmente habilitado, apenas.
  - (D) pelo próprio paciente ou pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, apenas.
  - (E) por qualquer pessoa, exceto pelo próprio paciente.
- 
47. Lançadas em 2015, [...] consistem na rápida apresentação da pessoa que foi presa a um juiz, em uma audiência onde também são ouvidos Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado do preso.
- (Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>)
- O texto acima trata das chamadas audiências
- (A) de custódia.
  - (B) de justificação.
  - (C) de mediação.
  - (D) preliminares.
  - (E) de instrução, debates e julgamento.
- 
48. O direito de toda pessoa acusada de delito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos, refere-se diretamente ao princípio
- (A) da presunção de inocência.
  - (B) da motivação das decisões judiciais.
  - (C) do juiz natural.
  - (D) da identidade física do juiz.
  - (E) do duplo grau de jurisdição.
- 
49. O Tribunal do Júri está previsto na Constituição Federal de 1988, assegurando-se:
- I. a plenitude de defesa.
  - II. o sigilo das votações.
  - III. a soberania dos veredictos.
  - IV. a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- Está correto o que consta em:
- (A) II, III e IV, apenas.
  - (B) I, II e IV, apenas.
  - (C) I, III e IV, apenas.
  - (D) I, II, III e IV.
  - (E) I, II e III, apenas.
- 
50. Maria foi denunciada pela suposta prática do crime de furto de diversos bens do interior de uma loja, sendo que ela responde ao processo presa preventivamente. Ela terá direito à substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, caso
- (A) seja gestante, desde que a partir do 7<sup>o</sup> mês de gravidez.
  - (B) tenha idade superior a 60 anos.
  - (C) possua filho(a) de até 12 anos de idade incompletos.
  - (D) seja acometida por doença, ainda que sem gravidade.
  - (E) seja gestante, desde que se trate de gravidez de alto risco.



**Direitos Humanos**

51. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004 possuem *status*
- (A) legal.
  - (B) infralegal.
  - (C) supralegal.
  - (D) constitucional.
  - (E) supraconstitucional.
- 
52. Um dos requisitos expressos na Constituição Federal de 1988 para que o Procurador-Geral da República suscite, perante o Superior Tribunal de Justiça, o incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal é
- (A) a absolvição de autores em processo de apuração criminal de grave violação de direitos humanos na Justiça estadual.
  - (B) a existência de conflito de competência entre a Justiça estadual e a Justiça militar no caso de violência institucional estatal.
  - (C) garantir a aplicação de jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal no que se refere ao cumprimento de preceitos fundamentais.
  - (D) assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
  - (E) o esgotamento dos recursos existentes no âmbito da Justiça estadual para apuração de responsabilidade por graves violações de direitos humanos.
- 
53. A Organização das Nações Unidas adotou Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos sobre
- (A) criação do Tribunal Penal Internacional.
  - (B) abolição da pena de morte.
  - (C) aplicação de penas cruéis, desumanas ou degradantes.
  - (D) direitos econômicos, sociais e culturais.
  - (E) envolvimento de crianças em conflitos armados.
- 
54. A criação de um sistema de visitas regulares, efetuadas por órgãos nacionais e internacionais independentes, a lugares onde pessoas são privadas de sua liberdade, com a intenção de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, foi estabelecida
- (A) pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
  - (B) pelo Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
  - (C) pelo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.
  - (D) pela Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
  - (E) pela Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.
- 
55. A apresentação de uma petição individual pela vítima, para acionar o sistema interamericano de direitos humanos, deve ocorrer perante
- (A) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
  - (B) o Comitê Interamericano de Direitos Humanos.
  - (C) a Relatoria Especial de Defesa dos Direitos Humanos.
  - (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
  - (E) a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

**Direito da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Mulher**

56. Conforme previsto na Lei Maria da Penha, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, a seguinte medida protetiva de urgência que obriga o agressor:
- (A) suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.
  - (B) afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
  - (C) proibição temporária para a celebração de contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.
  - (D) restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida.
  - (E) suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- 
57. Acerca da tomada de decisão apoiada prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- (A) antes de se pronunciar sobre seu pedido, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente a pessoa com deficiência requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.
  - (B) em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre os apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, determinar a mudança dos apoiadores para que possam decidir sobre a questão.
  - (C) terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que o Ministério Público valide qualquer contrato ou acordo, especificando, por escrito, a regularidade das cláusulas que tenham sido rejeitadas pelos apoiadores.
  - (D) os familiares da pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os compromissos e os limites do apoio a ser oferecido pelos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.
  - (E) seu pedido será requerido pelo curador da pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio, na tomada de decisão, sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que a pessoa apoiada possa exercer sua capacidade.
- 
58. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a necessidade de autorização para viajar quando
- (A) a criança ou o adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
  - (B) se tratar de viagem ao exterior, a criança ou adolescente estiver acompanhado de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.
  - (C) se tratar de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
  - (D) se tratar de viagem ao exterior e a criança ou adolescente brasileira viajar na companhia de estrangeiro ou residente domiciliado no exterior.
  - (E) a criança ou o adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- 
59. Segundo o Estatuto do Idoso, o envelhecimento é um direito
- (A) difuso.
  - (B) civil e político.
  - (C) personalíssimo.
  - (D) coletivo.
  - (E) individual homogêneo.
- 
60. Nos termos da Lei nº 10.216/2001, o tipo de internação que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro é chamada de internação
- (A) não-voluntária.
  - (B) involuntária.
  - (C) sanção.
  - (D) compulsória.
  - (E) coercitiva.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: Itens 10.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade. 10.4 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo 11 deste Edital, adequados às atribuições do cargo/especialidade para o qual o candidato se inscreveu. 10.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 60 (sessenta). 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 10.7.1 fugir ao tema proposto; 10.7.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 10.7.3 for assinada fora do local apropriado; 10.7.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 10.7.5 estiver em branco; 10.7.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 10.7.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 10.8 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 10.9 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 15 (quinze) linhas para a questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 10.10 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 10.11 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 10.12 O candidato não habilitado na Prova Discursiva-Estudo de Caso será excluído do Concurso.

**QUESTÃO 1**

Thiago, criança de 6 anos de idade, sofreu violência sexual, fato esse percebido ao ser levado para atendimento em uma unidade de saúde da cidade de Manaus. No setor social dessa unidade, sua genitora foi orientada quanto à necessidade de realizar o registro policial da ocorrência e comparecer ao serviço de assistência social do município, sem prejuízo das comunicações diretas realizadas pelo próprio hospital. Margarida, genitora de Thiago, na sequência, compareceu a uma unidade policial e realizou o registro, mas não se conformou com o fato de seu filho não ser ouvido pela autoridade policial. Procurou, então, pela Defensoria Pública, em busca de orientação, visando a devida apuração do crime e a identificação do agressor. No atendimento, com base nas disposições da Lei nº 13.431/2017, descreva sobre a orientação que seria indicada para a genitora quanto:

- a. À necessidade de oitiva da criança pela autoridade policial, indicando ser ato previsto ou não pela lei referenciada.
- b. Como e quando se dará eventual oitiva de seu filho durante a ação judicial.
- c. À atenção a não revitimização da criança quando atendida pelos diversos serviços públicos, incluindo a Defensoria Pública.